

A CULTURA NO BRASIL PÓS-2003, UM NORTE : CARIMBÓ PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO

ELIANA BOGÉA¹

RESUMO: No Brasil, particularmente a partir de 2003, a cultura assume forma de política pública de Estado. Ao percorrer esse começo do construir políticas públicas de cultura no país, o presente trabalho reverbera uma escuta – um norte – da Campanha Carimbó Patrimônio Cultural Brasileiro como movimento social enraizado na Cultura Popular, protagonistas dessa transformação profunda do pensar e do fazer cultura no Brasil desde a gestão Gilberto Gil no Ministério de Estado da Cultura.

PALAVRAS-CHAVE: cultura, patrimônio, carimbó, Pará.

A CULTURA NO BRASIL PÓS-2003

No Brasil, particularmente a partir de 2003, a cultura assume forma de política pública de Estado fundamentada no que o Ministério da Cultura (MinC) denominou Três Dimensões da Cultura: simbólica, cidadã e econômica (MinC, 2010). A dimensão simbólica é aquela do “cultivo” — na raiz da palavra “cultura” — das infinitas possibilidades de criação expressas nas práticas sociais, nos modos de vida e nas visões de mundo produzidos e exibidos também fora dos espaços delimitados como culturais, segundo o entendimento de que os seres humanos são frutos de sua história e de sua cultura. A dimensão cidadã, baseada no Art. 215 da Constituição da República Federativa do Brasil², reconhece a cultura como um direito e também a sua importância para a qualidade de vida e a autoestima de cada um. Já a dimensão econômica reconhece a cultura como importante fonte geradora de emprego e renda, como uma economia poderosa capaz de incluir inovação e criatividade no contexto do desenvolvimento do território. Esse alargamento do conceito de cultura — segundo Costa (2011) — permitiu ao Ministério ultrapassar a antiga visão centrada somente na cultura “cultura” ou “erudita” para voltar-se à diversidade das culturas populares contemporâneas, como o *hip hop*, ou tradicionais, dos povos indígenas e dos povos e comunidades tradicionais, como quilombolas, ciganos e de terreiros afroreligiosos.

Inspirado pela perspectiva trazida dos tempos de Secretário de Cultura de Salvador, de que os políticos deveriam aceitar a ideia da cultura como a dimensão que lhes faltava, ao mesmo tempo que o mundo cultural precisava sujar um pouco as mãos e sair dessa coisa

¹Mestra em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia - Universidade Federal do Pará (UFPA). Disponível em: <<http://lattes.cnpq.br/8097692271904174>>. Acesso em 10 mar 2014. eliana.bogea@gmail.com

²Art. 215. O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

aristocrática, dessa preguiça, desse medo de encarar o trabalho social, desse receio de degradação, Gilberto Gil toma posse no Ministério da Cultura diante de paradigmas tecnológicos que, como no tropicalismo, revolucionam as formas de produção, difusão e consumo cultural ao identificar novos sujeitos e provocar novas discussões sobre inteligência coletiva, generosidade intelectual, compartilhamento e colaboração em rede, *software* livre e cultura livre. Segundo Costa (2011), ao aceitar o convite do recém-eleito presidente Luiz Inácio Lula da Silva para assumir a Pasta da Cultura de seu governo, Gil se comprometeu com o conteúdo programático da Coligação Lula Presidente cujas diretrizes para o setor cultural indicavam protagonismo do Estado e entendimento de cultura como direito social básico, como ativo econômico e como política pública para o desenvolvimento e a democracia.

Em seu discurso de posse, Gil critica o que ele chama de *omissão do Estado* silenciada pelos mecanismos fiscais — Lei Rouanet de 1991³ e Lei do Audiovisual de 1993⁴ — e limitada ao papel de incentivar o apoio privado por delegar ao mercado o poder de decidir quais projetos e/ou quais proponentes recebem os patrocínios. Assim, a atuação do MinC se restringia à prévia aprovação dos projetos culturais nos termos das leis de incentivo, tornando-os aptos à escolha das empresas ainda que os recursos fossem majoritariamente públicos. Ao costurar esse começo do construir políticas públicas de cultura no Brasil, Costa (2011) insiste que embora na prática as leis de incentivo injetassem recursos significativos no setor cultural, estes estavam absurdamente concentrados numa única região do país — a região sudeste — porque mais atraente para visibilidade dos patrocinadores, mas também por concentrar a grande maioria dos proponentes com acesso às áreas de comunicação e marketing das empresas. Nesse contexto Gil anuncia em seu discurso de posse que o Ministério não funcionaria mais apenas como caixa de repasse de recursos para uma clientela preferencial (COSTA, 2011).

De acordo com o documento Nova Lei da Cultura, editado pelo MinC em 2009, aproximadamente um bilhão de reais são, anualmente, destinados a projetos culturais por meio de renúncia fiscal. Desses recursos, 80% são captados por apenas uma das cinco regiões do país, a Sudeste. Diante desse quadro, o Ministério da Cultura envidou, nos últimos anos, grandes esforços, ainda inconclusos, no sentido da revisão da Lei Rouanet, bem como do fortalecimento do orçamento do setor, vinculando-o a percentuais mínimos em cada nível – federal (2%), estadual (1,5%) e municipal (1%). Essa medida viabilizaria a ampliação do Fundo Nacional de Cultura e de outros mecanismos de financiamento direto pelo Estado, o que reforçaria a possibilidade de suporte a iniciativas que, por sua natureza, não são

³Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8313cons.htm>. Acesso em: 15 jul 2013.

⁴Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8685.htm>. Acesso em: 15 jul 2013.

atraentes, nem adequadas, à modalidade de patrocínio via mercado. (COSTA, 2011, p. 69).

Ao mesmo tempo em que criticou a omissão do Estado via incentivos fiscais, Gil afirmou que não cabe a este fazer a cultura, mas sanar carências através de políticas públicas capazes de criar condições de acesso universal aos bens simbólicos, de proporcionar recursos necessários para a criação e produção de bens culturais e promover o desenvolvimento cultural geral da sociedade (COSTA, 2011). Ao assumir a Pasta da Cultura do governo Lula, reestruturou o MinC e promoveu diversas parcerias: com o Instituto Brasileiro de Economia e Estatística (IBGE); Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA); Fundação Getúlio Vargas (FGV); e Coordenação Geral de Economia da Cultura e Estudos Culturais (CGECEC) da Secretaria de Políticas Culturais (SPC) do próprio MinC, com o propósito de analisar cenários e traçar um diagnóstico para formulação de políticas públicas culturais de Estado, isto é, que permaneçam e ultrapassem a disposição e vontade sazonal dos governos.

Com efeito, Bolaño; Mota; Moura (2012) destacam o relatório *Cultura em Números*, publicado em 2010, porque apresenta o início de uma fase nova do MinC que privilegia o planejamento das políticas culturais do País, mas também uma nova posição da sociedade civil que passa a conhecer e acessar informações sobre o setor cultural nacional, o que certamente contribuiria para a avaliação de resultados das políticas, programas e ações culturais, assim como a formulação de propostas de construção para o setor. O governo Lula, por meio da gestão de Gil, concentrou esforços para criação do Plano Nacional de Cultura (PNC) — idealizado em 2003 no âmbito do Seminário Cultura Para Todos promovido pelo MinC e consolidado em 2005 na I Conferência Nacional de Cultura — e do Sistema Nacional de Cultura (SNC). Com efeito, a primeira edição do caderno de diretrizes do PNC, publicada em 2008 pelo MinC, destaca que este Plano busca repertoriar as demandas culturais do País, fomentar o pluralismo e investir na promoção da igualdade e universalização do acesso à produção, bens e serviços culturais, o que certamente possibilitaria concretizar o SNC beneficiado pela integração de fóruns, conselhos e outras instâncias de participação federal, estadual e municipal.

Ainda segundo Bolaño; Mota; Moura (2012), os programas criados na gestão Gil e Juca Ferreira no MinC sinalizaram o fortalecimento da relação entre Estado e sociedade e reconfiguraram o papel do Ministério no sentido de aproximar realidades das regiões do país e, assim, colaboraram para qualificar o debate e provocar novas compreensões do fenômeno cultural. Mas se por um lado tais programas — como Cultura Viva e Mais Cultura —

apontam para a democratização da cultura porque incorporam setores da sociedade antes excluídos dos processos de produção, criação e difusão cultural, por outro o modelo perverso dos mecanismos de incentivos fiscais permanece a todo vapor. Por isso, foi elaborado o Programa Nacional de Fomento e Incentivo à Cultura (PROCULTURA), PL n^o 6722/2010, como alternativa para corrigir distorções das leis de incentivo, sobretudo ao fortalecer o Fundo Nacional de Cultura (FNC): em 2010, o Ministério publicou em seu portal na internet que 78% do volume de dinheiro aprovado pelo MinC para captação junto à iniciativa privada eram de projetos da Região Sudeste, mais precisamente o eixo RJ-SP. A análise da relação total de captadores constatou também que várias regiões do país não conseguiram captar nada/nenhum financiamento via Lei Rouanet.

Nesse cenário, a partir de 2003, destacam-se as Conferências de Cultura⁵ — setoriais, municipais, estaduais e nacionais — como rodadas de diálogo, reflexão e proposição das demandas da sociedade civil e do poder público em todos os níveis da Federação, mais do que isso, foram espaços de intensa participação da sociedade civil no debate dessa nova agenda das políticas públicas de cultura para o País. Ao tratar — através de programas e ações e da articulação significativa para criação de um marco regulatório — a cultura como política de Estado, o MinC estabeleceu canais de diálogo com a sociedade civil que enraizaram a relação desta com o Estado no sentido de criar políticas públicas de cultura na agenda de desenvolvimento do País.

Dez anos depois, o ano de 2013 marcou nova agenda de Conferências de Cultura nas três esferas da Federação — nacional, estadual e municipal — cujo tema, UMA POLÍTICA DE ESTADO PARA A CULTURA: DESAFIOS DO SISTEMA NACIONAL DE CULTURA, NA ORGANIZAÇÃO DA GESTÃO E NO DESENVOLVIMENTO DA CULTURA BRASILEIRA, teve como referência central a Emenda Constitucional n^o 71/2012, observados os princípios e objetivos do Plano Nacional de Cultura definidos na Lei Federal n^o 12.343/2010⁶. Isso significou o chamamento para implementar Sistemas Estaduais e Municipais de Cultura no país como afirmação do Sistema Nacional de Cultura/SNC como política pública de Estado construída – e em construção – através de processo democrático que, longe de representar solução em si, ultrapassa a dependência e a insegurança sazonal de

⁵I Conferência Nacional de Cultura, de 13 a 16/12/2005, e II Conferência Nacional de Cultura, de 11 a 14/03/2010.

⁶Art. 2^o e 3^o, Portaria MinC N^o 33, de 16 de abril de 2013, publicada no DOU N^o33 de 17 de abril 2013: Convoca a 3^a Conferência Nacional de Cultura e homologa o seu Regimento Interno. Disponível em: <<http://www2.cultura.gov.br/cnpc/wp-content/uploads/2013/04/Portaria-Regimento-Interno-da-3%C2%AA-CNC-pdf2.pdf>>. Acesso em: 20 jul 2013.

governos. Ao provocar transformação profunda do pensar e do fazer cultura no País, o desafio é alcançar todo o território nacional.

UM NORTE: CARIMBÓ PATRIMÔNIO CULTURAL BRASILEIRO

A Irmandade de São Benedito – segundo Isaac Loureiro⁷ é uma organização do século XIX que reúne pessoas da comunidade de Santarém Novo pela devoção a São Benedito. Segundo ele, não há documentos que relatem a criação e funcionamento da Irmandade. Tudo que existe é proveniente da tradição oral — relatos das pessoas mais velhas que passam de geração em geração — que, pelo que se sabe, foi criada no âmbito da igreja católica local e que, assim como outras irmandades da Amazônia e do Brasil da época, acolhia aquelas pessoas banidas da sociedade — negros, índios, pobres, mestiços — como espaço de afirmação da sua fé e da sua identidade. A vinculação do carimbó com a Irmandade aconteceu paulatinamente — pela própria influência do carimbó na região — como manifestação lúdica dessa festa religiosa cuja principal paga dos promesseiros era — e permanece — oferecer festas à população da cidade. Isaac Loureiro ressalta ser diferente de outras manifestações de carimbó do Pará que se caracterizam sobretudo pela dança, música e apresentação dos músicos, porque em Santarém Novo o carimbó integra uma tradição religiosa, uma prática social e uma organização comunitária e, por isso, é considerado por muitos como um carimbó sagrado, além de possuir um ritmo também diferente dos outros do estado.

⁷Entrevista de Isaac Loureiro à autora em 18 de dezembro de 2012.

O **FEST RIMBÓ** - Festival de Carimbó de Santarém Novo - nasceu em 2002 por iniciativa da sociedade civil organizada no Fórum do Desenvolvimento Local Integrado e Sustentável cujo debate incluiu o campo cultural porque reconhecidamente, segundo Isaac Loureiro¹, uma das forças dinâmicas do município. O carimbó como expressão maior da cultura local inspira organizar um evento capaz de atrair a atenção da região (nordeste do Pará) para Santarém Novo com vistas a motivar a *cena* do carimbó principalmente pela existência de muitos grupos ainda desconhecidos do público que mesmo em condições precárias mantinham uma produção atual. Ao despertar para a compreensão mais ampla da importância do carimbó no cenário nacional, em 2005 a Irmandade de São Benedito - que assume a organização do festival desde sua 3ª edição - reestrutura o Festival para inserir nele atividades de debates, rodadas de conversa, encontro de Mestres, seminários e oficinas de transmissão de saberes, inspirada em outros festivais de Cultura Popular fora do estado. No interior do Fest Rimbó como evento agregador do carimbó no estado do Pará nasce em 2006 o Movimento *Carimbó Patrimônio Cultural Brasileiro*, o que transforma o Fest Rimbó em importante momento de articulação anual da *Campanha Carimbó Patrimônio Cultural Brasileiro*.

A Campanha Carimbó Patrimônio Cultural Brasileiro nasce de iniciativa da comunidade de Santarém Novo, através da Irmandade de São Benedito, com o objetivo de mediante o processo de registro, consolidar a valorização do carimbó. Segundo Isaac Loureiro⁸, a campanha para o registro junto ao Iphan⁹ — como desdobramento de ações que já aconteciam em Santarém Novo — começa em 2005. Quando do Fest Rimbó, a Irmandade de São Benedito promove Seminário para discutir os rumos do carimbó inspirado pelo tema “O Carimbó como Identidade Cultural do Povo da Amazônia”, que contou com a participação de vários grupos de carimbó presentes no festival, Secretários de Cultura dos municípios da região (nordeste paraense), Iphan, Representação Regional Norte do Ministério da Cultura e o governo do estado através do IAP¹⁰ e Fundação Curro Velho, vinculadas à Secretaria de Estado de Cultura do Pará (Secult).

No momento desse primeiro debate, ao reunir todos esses atores em Santarém Novo, a fala do Iphan — ao apresentar sua política de patrimônio e experiências de registro de outras manifestações culturais, como jongo, frevo, samba de roda e o samba carioca — ao apontar a possibilidade do registro, motiva as comunidades e grupos das várias manifestações do carimbó paraense ali presentes a compreender esse ritmo como integrante desse universo do patrimônio imaterial brasileiro.

Isaac Loureiro insiste sobre a compreensão dessa via como estratégia para, ao reconhecer e valorizar, angariar apoio e, assim, fazer frente às dificuldades de sobrevivência do carimbó. Essa é a base da campanha. Com efeito, seus antecedentes guardam raízes no processo de organização e articulação da própria Irmandade de São Benedito de Santarém

⁸Entrevista de Isaac Loureiro à autora em 29 de dezembro de 2012, por ocasião de nossa viagem — minha família e eu — a Santarém Novo para as festividades da Irmandade de São Benedito.

⁹Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.

¹⁰Instituto de Artes do Pará.

Novo ao estabelecer novas relações com atores externos. Com isso veio a necessidade de aprender a elaborar projetos, participar de editais, promover a circulação dos grupos de carimbó de Santarém Novo por outros estados e lugares e as novas influências advindas do acesso a informações importantes da cultura, da cultura popular, das políticas culturais e valorização das manifestações tradicionais.

Até a década de 90, o carimbó da Irmandade de São Benedito era exclusividade de Santarém Novo e de seus filhos, que moravam em Belém e voltavam todos os anos para as festas. Portanto, conta Isaac Loureiro, limitado ao seio de sua comunidade e sem qualquer visibilidade exterior, esse isolamento foi rompido quando da participação da Irmandade de São Benedito em parceria com A Barca¹¹ no edital Petrobrás Cultural de 2004, cujo resultado — gravação de CD do carimbó de Santarém Novo, com lançamento local, mas também na capital paraense — repercutiu no Rio de Janeiro e São Paulo e chamou atenção da mídia nacional e, conseqüentemente, de Belém, para a cultura dessa pequena comunidade do nordeste do Pará até então invisível mesmo para o próprio estado.

A Campanha resulta da trajetória de aprendizado, embates e nuances com os diversos atores, seja instituições e produtores culturais, seja mídia, seja artistas. Dessas relações Isaac Loureiro destaca a contribuição e parceria da Barca como profunda e respeitosa dentre tantas interesseiras na carona dessa *vague* (onda) cultural como atualmente acontece com a cultura do Pará em geral — tão na moda —, o tecnobrega em particular.

Em 2008, a Irmandade de São Benedito de Santarém Novo novamente em parceria com A Barca aprova outro projeto, dessa vez, de circulação do Grupo Os Quentes da Madrugada¹² pelo Brasil, e a partir daí acumula *expertise* no sentido de assumir o protagonismo de seus projetos e ações num circuito aparentemente impossível para Santarém Novo e, mais do que isso, torna-se referência nacional. Interessante Isaac Loureiro destacar o tempo dessa efervescência local ser também o tempo — a partir de 2003 — de importante mudança da política do País e, assim, a chegada de Gilberto Gil à Pasta da Cultura, quando “o Ministério da Cultura finalmente desceu do seu pedestal e passou a olhar a cultura como um todo”.

No momento do assim denominado “Encontro dos Mestres da Cultura Popular” — ocorrido no segundo dia do Seminário, como parte da Programação do Festirimbó daquele

¹¹Grupo de músicos de São Paulo e pesquisadores da cultura popular brasileira que frequenta Santarém Novo desde 1998. Disponível em: <<http://www.barca.com.br/>>. Acesso em 21 jul 2013.

¹²Grupo de carimbó tradicional de Santarém Novo, responsável pela preservação de repertório secular.

ano de 2005 —, já sob a orientação/compreensão da fala do Iphan sobre salvaguarda, começam os relatos das diferentes realidades ali presentes e que identificam dificuldades e discursos comuns, conforme relata Isaac Loureiro, coordenador do evento à época:

[...] porque a gente tem que ter patrimônio, porque a gente tem direito, porque a gente precisa valorizar lá fora pra [sic] poder reconhecer aqui dentro, porque aqui dentro o pessoal não reconhece. Porque na minha cidade o prefeito não quer ajudar, a gente vai lá pedir apoio e não dá, traz banda de fora, paga cachê de cinco mil reais e a gente vai tocar quer pagar mixaria ou então não quer pagar nada, quer que a gente vá de graça, mas não dá apoio, não ajuda no material.

Segundo ele, várias experiências apresentadas por grupos do interior do estado, mas também da capital, consolidaram a necessidade de buscar a via do registro desse patrimônio como ferramenta de negociação, organização e fortalecimento do segmento que se articula a partir desse encontro. Em 2006, no seminário seguinte, foi apresentada proposta conforme regras/procedimentos exigidos pelo Iphan para registro do carimbó paraense e oficialmente criada a Campanha Carimbó Patrimônio Cultural Brasileiro — paralela ao processo de registro junto ao Iphan — como estratégia necessária para orientar/mobilizar a sociedade civil sobre o significado do carimbó como patrimônio, conforme relata Isaac Loureiro:

ele tem que tá [sic] na escola, ele tem que tá [sic] na política cultural, ele tem que ser apoiado pelo poder público, os mestres têm que ser valorizados, respeitados, então isso quem vai fazer somos nós. [...] Então a gente criou o movimento como estratégia mesmo, de um lado a gente já percebia que o registro iria exigir um grau de organização das comunidades carimbozeiras, dos grupos, [...] a gente compreendeu não tem futuro pro [sic] carimbó sem uma ação ampla, conjunta, coletiva, e a gente propôs pros [sic] grupos presentes a criação da Campanha e aí foi aprovado.

Criada a Campanha, apenas em 2008 ganha força, através de articulação, inicialmente na capital paraense, para alcançar, em seguida, os municípios do interior do estado e consolidar a rede estadual de mobilização do carimbó:

as ações no interior eram todas autossustentadas, era nós [sic] que organizava [sic], era assim, vou pra [sic] Marapanim, chamava uma reunião com todos os grupos nossos parceiros que a gente já conhecia aqui do Fest Rimbó, eles mobilizavam os outros, chegava lá na [sic] reunião, olha gente o seguinte, vamos fazer um encontro aqui para organizar, para fundar o comitê da Campanha, a coordenação da campanha no município, explicava em linhas gerais o que era a Campanha [...], então v'embora [sic], qual é o dia, a data e equipe de trabalho, quem vai ficar com alimentação, com local, quem vai ver som, quem vai ver isso e aí deixava eles trabalharem. Esse era o meu

papel, chegar, reúne, faz a proposta, monta o grupo e dá prazo, olha dia tal a gente tem uma reunião pra [sic] fechar o que falta [...], aí eles corriam atrás. Quando a prefeitura local tinha uma sensibilidade, apoiava, [...] ajudou com alimentação, transporte, mas teve situações que até atrapalhou [sic] [...]. Mas aí é que a rede da Campanha foi construída de fato [...] e em janeiro de 2008 fizemos o Encontro dos Mestres em Belém, aí a Secult¹³ apoiou o recurso pra [sic] trazer os mestres, no aniversário de Belém, e aí deu uma visibilidade, a imprensa foi lá, cobriu, entrevistou os mestres, as crianças, aí despontou.

Nesse momento a Campanha fecha uma parceria com o governo do estado cujo acordo era toda vez que a Secult realizasse um evento com apresentações musicais, ela chamaria um grupo de carimbó para participar, porém sempre através da coordenação da Campanha com vistas à oportunidade dos mais de cem grupos de carimbó em atividade em mais de trinta municípios do estado de apresentar-se na capital paraense e com cachê. Nessa via, o governo do estado através da Secult se consolida como parceiro importante, porém em permanente negociação, sobretudo para campanha não padecer de sua origem enraizada na sociedade civil:

Cultura Popular é isso, o governo tem que fazer a parte dele, apoiar, dar suporte, é um direito das pessoas, a gente conquistou esse status com o advento do Gil e a visão do tripé da cultura, então aquilo nos fortaleceu, posso dizer que a política federal fortaleceu politicamente a gente na nossa ação local e estadual, a importância disso pra [sic] nós foi nesse nível, porque a gente sabe que os editais, a mudança do foco do edital da Petrobrás por exemplo de agregar a diversidade se deu por causa da mudança do foco da política nacional de cultura, a gente sabe que a possibilidade da gente articular a parceria com o Iphan se deu também com essa mudança de foco na política do patrimônio [...], porque o primeiro registro que foi do samba de roda em 2004 foi o Gil que promoveu e incentivou [...], então a gente tem clareza de que esse contexto nacional influenciou profundamente a nossa açãozinha local aqui, a gente percebeu que nós estávamos conectados, entendeu?!

Da parceria com governo do estado Isaac destaca também o momento da visita do então Ministro de Estado da Cultura Gilberto Gil a Belém quando a Secult custeou a vinda de trinta grupos de carimbó, ocasião que confere *status* político inédito para o carimbó e facilita aproximação com municípios do interior, principalmente com o poder público municipal, as prefeituras. Destaca, ainda, uma sala cedida pelo governo do estado à época, na sede da Secult, para servir como secretaria da campanha, mas que foi desativada em pouco tempo. Nesse sentido, aponta o apelo constante para que a campanha integre a estrutura da Secult

¹³Secretaria de Estado de Cultura do Pará.

como condição dessa parceria e a recusa da coordenação da campanha fundamentada na importância de sua autonomia e permanência frente ao assédio de governos que passam, com vistas mesmo a sacrificar essa importante aliança em prol da independência do movimento:

aliança a gente faz a qualquer momento, autonomia e independência a gente não recupera, depois que se perde, depois que se abre mão, é difícil você reconstruir no grau de legitimidade que a gente tinha diante das comunidades e aí foi o momento que a gente teve a primeira crise e essa crise de acompanhamento porque a gente não conseguia mais tá [sic] presente.

Até meados de 2009, a Campanha vivenciou período de intensa mobilização, mas a falta de recursos, associada às distâncias geográficas de nosso estado, dificultaram os encontros presenciais. A Campanha enfraqueceu sem conseguir sustentar-se apenas pelo voluntariado, sem infraestrutura própria, sem pessoas que pudessem ficar a serviço dela. Com efeito, o momento eleitoral é em si um momento de crise porque desagregador — e não só para a cultura, mas para qualquer movimento comunitário — porque afloram as diferenças políticas. Nesse contexto, Isaac Loureiro destaca as eleições de 2010 que fortaleceram o cenário de crise da campanha, sobretudo pela dificuldade, impossibilidade até, de superar divergências inerentes às cores partidárias pela campanha do carimbó, em grande medida pela falta mesmo da cultura do organizar-se coletivamente. Com o novo governo, a partir de janeiro de 2011 a Secult fecha suas portas ao diálogo seja com a sociedade civil seja com demais entes federados, característica marcante da gestão do atual Secretário de Cultura do Pará.

Com efeito, a Campanha trabalha para fortalecer a organização local através da criação de associações dos grupos de carimbó para superar o isolamento dessa prática cultural e promover uma interlocução válida e reconhecida no âmbito da Campanha Carimbó Patrimônio Cultural Brasileiro, já com vistas ao horizonte pós-registro — discutir a salvaguarda —, a considerar, segundo Isaac Loureiro, a expectativa/encaminhamento do Iphan de que o registro se conclua no ano de 2013. Assim, a agenda atual da campanha prioriza o projeto baseado no tripé formação/capacitação de lideranças, organização de base e criação/articulação da rede amazônica de cultura popular. Uma vez já conectados com grupos de Roraima e Amazonas mas também em rede nacional com samba de roda, jongo, tambor de crioula, isto é, outros bens já registrados, numa rede de troca através do intercâmbio, por exemplo, em festivais para sedimentar/consolidar o segmento da cultura popular e tradicional no país.

Em fevereiro de 2014 o Iphan disponibiliza o dossiê de registro do carimbó para consulta pública¹⁴ como resultado da mobilização/reivindicação dos mestres e grupos carimbozeiros paraenses organizados através da Campanha do Carimbó em reunião com o Iphan em Santarém Novo por ocasião do Fest Rimbó 2013¹⁵. Isso porque a Campanha ao conhecer e identificar falhas no dossier do registro, inicia agenda de reuniões com grupos e mestres em diversos municípios para discutir ressalvas/recomendações dos protagonistas do carimbó sobre o documento. Como parte desse processo de escuta das comunidades carimbozeiras, a Campanha do Carimbó realizou um encontro de lideranças do carimbó paraense em 06 de março de 2014 em Belém¹⁶ para juntar as contribuições de cada localidade em documento único a ser entregue ao Iphan no mês de março.

Um primeiro tensionamento acontece no retorno do Iphan aos municípios repertoriados no registro para apresentação/avaliação do dossier pelas comunidades carimbozeiras, ao excluir a participação da Campanha que insiste em acompanhar essa etapa de finalização do processo de registro por conta própria e critica firmemente o seu cumprimento pelo Iphan porque em total desatenção ao propósito de consulta aos protagonistas do carimbó envolvidos no dossier. Vale destacar:

aqui em Belém era pra [sic] ter sido feito a região metropolitana, aqui também eles não mandaram nem convite nem nada [...], resultado, apareceram cinco pessoas só pra reunião que foi em Belém e nós nem sabíamos, quando a gente soube já tinha acontecido a reunião e a maioria dos grupos não participou, não soube, nem o pessoal de Santa Bárbara nem o Sancari, [...] detalhe que o Sancari tinha sido contratado pelo Iphan pra [sic] tocar no evento que tava [sic] tendo da semana do patrimônio que era nessa mesma semana, um evento para o qual nós não fomos convidados, como movimento, pra [sic] estar em nenhum momento, e onde eles iam apresentar o resultado do retorno da pesquisa do carimbó, [...] o Sancari tinha sido convidado pra [sic] tocar e não foi convidado pra [sic] reunião, chegou na hora inclusive, eles chegaram lá e esqueceram de avisar que tinham cancelado a apresentação, o grupo chegou lá e aí, perderam o dia e tiveram que voltar, ta [sic] entendendo, nesse grau de comunicação e de respeito. Então isso foi acumulando, acumulando, e aí então início de dezembro, a gente solicitou uma pauta com o Iphan, uma reunião¹⁷.

¹⁴ Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/portal/montarDetalheConteudo.do?id=18359&sigla=Noticia&retorno=detalheNoticia>> e <<http://www.youtube.com/watch?v=qCXENKhAYHw&feature=share>>. Acesso em 07 mar 2014.

¹⁵ Disponível em: <<https://soundcloud.com/som-do-norte-entrevistas/mestre-manoel>>. Acesso em 07 mar 2014.

¹⁶ Disponível em: <<http://g1.globo.com/pa/para/jornal-liberal-1edicao/videos/t/edicoes/v/campanha-para-reconher-carimbo-como-patrimonio-nacional-reune-musicos-e-pesquisadores/3194226/>> e <<http://www.orm.com.br/projetos/oliberal/interna/default.asp?modulo=248&codigo=694956>> e <<http://www.orm.com.br/projetos/oliberal/interna/default.asp?modulo=248&codigo=694956>>. Acesso em 07 mar 2014.

¹⁷ Entrevista de Isaac Loureiro à autora em 27 de fevereiro de 2014.

Por último, importante dar voz ao Coordenador da Campanha do Carimbó Patrimônio Cultural Brasileiro para apresentar o seguinte balanço:

a gente pode dizer que nesse período todo a gente fez uma atuação subterrânea, a gente só aparece na mídia quando a gente faz um ato grande, ou eram os festivais ou então era um ato político, uma coisa assim, dá a impressão, muita gente pergunta ‘e a Campanha como é que tá?’ [sic] É porque não é algo que tá [sic] na mídia e a gente não conseguiu estabelecer uma dinâmica de comunicação mais efetiva das ações que a gente desenvolve, o blog é bem desatualizado, quando pode a gente vai lá e atualiza, o que é mais atualzinho hoje é o facebook¹⁸, a gente tá [sic] tentando melhorar. Mas aí essa dinâmica toda rolando o tempo todo, vários processos aconteciam em paralelo, a formação com o Coroatá¹⁹, as reuniões, encontros, amadurecendo idéias, projetos, parcerias, compreensões, a articulação da Associação do Carimbó de Salinas por exemplo, os primeiros embates com o governo municipal lá, as primeiras polêmicas, os primeiros enfrentamentos, o movimento organizado com o poder público local, os enfrentamentos também em Marapanim, com o poder público em Marapanim e o movimento de carimbó. [...] A gente tá [sic] preparando o festival do carimbó e novamente a gente vê que não tem grana de nenhum lado, do governo do estado tem promessas, a Secult a gente mandou o projeto só por mandar, IAP nos prometeu uma coisa, na véspera do evento retirou o apoio, nos custou muito caro, mas a gente já vinha num crescendo de discussões com o Nilson, com o Centur, e sempre não dava em nada. O governo federal também por outro lado numa maré baixa de editais, de tudo, então não tem também de onde buscar, pra [sic] nossa sorte a gente não embarcou na carona do Amazônia Cultural, ‘não, vai pagar em dezembro’, se agente tivesse entrado, a gente tinha se ferrado. Mas aí o festival se articulando já de modo colaborativo, a gente anunciou pra todo mundo nas reuniões que a gente tava [sic] fazendo, nos encontros da formação, dizia ‘olha, vai rolar? Vai, vamo [sic] fazer o festival, vai acontecer com tudo que tem direito mas a gente não tem grana, como é que a gente vai fazer? Vai ser na base da parceria, da colaboração, a gente dá lá pra [sic] vocês a hospedagem, a alimentação e a estrutura para fazer a festa, vocês têm que arrumar o transporte, não tem cachê, a gente tá [sic] vendo, se conseguir alguma coisa vai rolar, se não, não tem, é nessa base mesmo, se vocês acham importante que gente faça, vai rolar assim’. E aí a gente foi recebendo a adesão dos grupos, ‘não a gente vai, a gente vai’, porque com isso crescendo eles começaram a perceber também, todo mundo começou a perceber, a dificuldade na relação com o Iphan, ‘isso aqui vai dar problema, se agente não tiver organizado, se não tiver articulado, nós vamos ser atropelados e tal’, e aí então no aniversário da Associação de Salinas, eles fizeram uma festa e a gente exercitou mais uma vez essa relação colaborativa, como o grupo de Salinas tinha tocado no festival do Sancari, no Pau e Corda em Belém, aí em troca o Sancari foi tocar lá, nós de Santarém Novo íamos fazer uma festa também em novembro, uma festa pra arrecadar fundos pra bancar o festival e a festividade (da Irmandade de São Benedito), o Esquentando os Tambores, então a gente também fez a permuta com os dois grupos, os Quentes (da Madrugada) foram tocar em Salinas, em troca um grupo de

¹⁸ Disponível em: <<https://www.facebook.com/campanhadocarimbo>>. Acesso em 08 mar 2014.

¹⁹ Disponível em: <<http://proex.ufpa.br/PRINCIPAL/index.php/noticias/456-programa-de-extensao-coroata-apoia-campanha-do-carimbo>>. Acesso em 08 mar 2014.

Salinas ia tocar nesse evento nosso lá e aí funcionou perfeitamente essa troca, essa relação, essa parceria, e aí isso reforçou mais a autonomia, as pessoas começaram a perceber que tem possibilidade de fazer as coisas sem ficar dependendo ali do recurso público, sem ficar de joelhos tendo esperanças, nós sabemos que isso é um direito que a gente tem que conquistar, eles vão ter que dar. Chegou dezembro (2013), a gente mobilizando os grupos, fazendo a articulação, o Coroatá entrou como parceiro pra fazer o seminário, ao mesmo tempo, pessoas, amigos nossos, de São Paulo, Brasília, Rio, vindo pra [sic] Santarém Novo também participar do festival, conhecer, contribuir, a galera do Coroatá articulou outros parceiros, [...] uma efervescência, uma coisa ali coincidindo e afunilando pra realizar o evento como um marco bem forte de colaboração e de afirmação do Movimento, então nesse contexto a gente faz uma reunião em Belém, chama todas as lideranças e compartilha tudo, a formação, a articulação do festival, a formação do Coroatá sempre coincidindo com os festivais pra [sic] proporcionar a presença dos grupos também nos eventos, então a oficina do Coroatá em Marapanim se deu dentro do festival Zimbarimbó²⁰ e o de Santarém Novo dentro do Fest Rimbó²¹, então a gente reúne e fala dos problemas do Iphan, então ‘bora [sic] marcar uma reunião’, então fizemos lá o documento, todo mundo assinou, isso final de novembro (2013) e aí a gente encaminhou pro [sic] Iphan o pedido, a D. Amélia do Marajó tava [sic] até nessa reunião, tava [sic] bem representado, tava [sic] Vigia, Colares, Maracanã, Santarém Novo, Salinas, Marapanim, Santa Bárbara, Belém, Ananindeua, parece que só Curuçá não estava, então bem forte, então borá [sic] lá, assinamos todo mundo, mandamos pro [sic] Iphan um ofício fazendo uma memória do processo do registro e da importância da Campanha e dizendo que nós queríamos sentar com eles pra [sic] ver a questão dos detalhamentos, botamos uma pauta e também discutir com o Iphan a questão da representatividade da Campanha enquanto Movimento dos Grupos e Comunidades Carimbozeiras porque nós nos sentimos questionados por eles quando eles não nos convidaram pra [sic] ser os mobilizadores do processo do retorno, nem comunicaram pra [sic] gente que tava se dando. Na reunião o Iphan comparece com toda sua equipe, da superintendente aos pesquisadores, [...] ‘vamo [sic] pra outra pauta nós queremos ter acesso ao dossier, primeiro, qual a previsão de conclusão?’ Detalhe, em novembro teve a reunião do Conselho Consultivo durante a Conferência Nacional de Cultura, foi justamente a reunião que definiu o título da festa de São Sebastião lá do Marajó, a nossa expectativa era que a reunião, por isso que a gente falou 2013, o Iphan esperava que essa reunião fosse a reunião que julgasse o pedido de registro do carimbó, não foi. A próxima reunião é em março, ‘qual é a perspectiva do pedido entrar?’ A Dorotéia disse, só em junho. ‘Mas e março? Março não vai dar tempo. Quê que tá [sic] faltando? Tá [sic] faltando fechar a documentação.’ Ou seja, o que é que a gente percebe, o registro do carimbó como patrimônio cultural tá [sic] garantido, isso aí a gente já conquistou há anos atrás politicamente, ninguém vai ser louco de ser contra, tem base social, tem apelo político, tem visibilidade, o problema é o mecanismo legal, a documentação técnica, isso que atrasou. Tá [sic], junho, ‘nós queremos essa reunião do Conselho acontecendo em Belém’, porque a gente quer tá [sic] junto, acompanhando, trazendo o grupos, os Mestres, pra [sic] acompanhar e celebrar, fazer uma festa grande sobre essa conquista, ‘segundo, nós queremos ver o dossier. Mas não pode porque é um documento restrito, tá [sic] em análise, tem que ser inédito [...]’.

²⁰ Oficina de Projetos Culturais no Festival de Carimbó de Marapanim/Zimbarimbó.

²¹ Oficina de Produção Cultural para Culturas Populares.

Aí nós batemos o pé e dissemos ‘não mas nós queremos ver, nós queremos e temos o direito de saber o que é que vocês escreveram sobre nós. Não, mas... Não, o dossier é um documento novo, o inventário a gente já viu, a gente sabe inclusive que o inventário, pelo que vocês afirmaram ele é dinâmico, ele também pode ser acrescentado, alterado, a qualquer tempo, é uma base de dados que vai ficar aí, o que vai ficar pro [sic] público disponível é o dossier, é o dossier que depois vai virar um livro que vai ser publicado no site do Iphan e qualquer pessoa vai poder acessar e é isso que nos preocupa’. [...] E aí foi à hora que o Mestre Manuel do Uirapuru de Marapanim perdeu as estribeiras, pediu respeito, ‘viemos aqui pra discutir e estamos cansados de ser maltratados’, e aí chorou, aí a tensão aumentou, aí foi que eles recuaram e agendamos pro [sic] seminário do festival de Santarém Novo [...] E aí foi um sinal de alerta pra [sic] todo mundo e o pessoal foi pra Santarém Novo, foi realmente bonito porque cada um foi por conta mesmo, ‘não vou faltar’. E a própria Dorotéia foi pra [sic] Santarém Novo, pra lá pro festival. [...] E aí então eles apresentaram lá, ‘a gente veio aqui, o inventário foi assim, o resultado é esse, a agenda pra [sic] junho e tal e dizer pra [sic] vocês que a gente tá [sic] abrindo o dossier, que ele vai tá [sic] disponível tal dia lá, a cópia, a Campanha vai pegar lá pra distribuir e a gente consultou o DPI²² em Brasília, eles disseram que não tinha problema, inclusive eles vão abrir uma consulta pública. Quem abriu a consulta pública foi o DPI nacional. [...] Depois eles ficaram pro [sic] festival, aproveitaram, distensionou. Mas aí quando a gente tem acesso ao dossier, a tensão volta porque na documentação do dossier a gente encontrou várias falhas, várias afirmações, várias ausências, problema. ‘É, vamo [sic] ter que corrigir isso aqui’. Como que a gente corrige isso? Na base de novo, desde janeiro que a gente tá [sic] numa sequência de reuniões e encontros com os grupos das comunidades pra [sic] apontar correções ou recomendações pra [sic] reunir num documento que nós entregaremos ao Iphan, a gente vai fazer um ato pra [sic] entregar isso. [...] Já fizemos reunião em Marapanim, em Curuçá, Santarém Novo, Pirabas, Salinas, Vigia, Colares, São Caetano, agora estamos preparando reunião no Marajó, fizemos aqui a região metropolitana de Belém, continuamos fazendo, a perspectiva é que a gente possa finalizar esse processo antes do dia 10 (de março de 2014) pra [sic] poder entregar pro [sic] Iphan uma proposta, um documento, que condense todas as contribuições, as correções e as recomendações dos grupos sobre o dossier mas também sobre a conclusão dos pesquisadores que diverge da Campanha do Carimbó. Nós vamos entregar essa documentação pro [sic] Iphan e vamos aguardar para saber se ele vai ou não incorporar esse documento²³.

Interessante notar no início da Campanha o único objetivo era alcançar o registro, porém, a partir de 2008, houve a compreensão de que o registro era apenas uma das metas num horizonte de conexão em rede regional para discutir e fortalecer a Cultura Popular e tradicional em todos os níveis da federação. Significa o amadurecimento de um Movimento que começou apenas para registrar o Carimbó como Patrimônio Cultural do Brasil. Isaac Loureiro constata esse fato como evolução natural numa trajetória que à cada etapa aumenta seu campo de incidência.

²² Departamento do Patrimônio Imaterial/Iphan.

²³ Entrevista de Isaac Loureiro à autora em 27 de fevereiro de 2014.

Isaac Loureiro é presidente da Irmandade de Carimbó de São Benedito, é coordenador da Campanha Carimbó Patrimônio Cultural Brasileiro, além de representante eleito do segmento Culturas Populares no Colegiado de Culturas Populares do Ministério de Estado da Cultura, mas também no Conselho Nacional de Política Cultural (CNPC). Integra também a banca de avaliação do Petrobrás Cultural para o Patrimônio Imaterial. Ao jovem Mestre da nossa Cultura Popular todo o respeito pela vida dedicada à cultura paraense, amazônica e brasileira. Obrigada pelo carinho da acolhida e preciosa contribuição a esse trabalho, grande abraço.

REFERÊNCIAS

BOGÉA, E. **A contribuição da cultura para o desenvolvimento do território: um olhar de Ananindeua na Região Metropolitana de Belém, Pará**. Dissertação de Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia – PPGEDAM/NUMA/UFPA. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/jspui/bitstream/2011/4492/1/Dissertacao_ContribuicaoCulturaDesenvolvimento.pdf. Acesso em 10 mar 2014.

BOLAÑO, C.; MOTA, J.; MOURA, E. Leis de Incentivo à Cultura via renúncia fiscal no Brasil. In: CALABRE, L. (Org). **Políticas Culturais: Pesquisa e Formação**. São Paulo: Itáu Cultural, 2012. 332p.

BRASIL. Ministério de Estado da Cultura. **Programa Cultural para o Desenvolvimento do Brasil**. Brasília, DF, 2007. 49p.

CALABRE, L. (Org). **Políticas Culturais: Pesquisa e Formação**. São Paulo: Itáu Cultural, 2012. 332p.

CITÉS ET GOUVERNEMENTS LOCAUX UNIS (CGLU). **Rio+20 et la culture: miser sur la culture comme gage de durabilité**. Barcelone, 2012.

COSTA, Eliane. **Jangada Digital: Gilberto Gil e as políticas públicas para a cultura das redes**. Rio de Janeiro: Beco do Azougue, 2011. 248p.

DE CERTEAU, M. **Cultura no Plural**. 7. ed. São Paulo: Papyrus, 2011. 253p.

NUSSBAUMER, G. (Org.). **Teorias & políticas da cultura: visões multidisciplinares**. Salvador: EDUFBA, 2007. 257p. (Coleção CULT).

TEISSERENC. P, (Org) et al. **Coletividades Locais e Desenvolvimento Territorial na Amazônia**. Belém: NUMA/UFPA, 2008. 329p.

_____. Le développement par la culture. In: **L’Homme et la société**, 1997/3, n.125, p.107-121.

UNITED NATIONS FOR EDUCATIONAL, SCIENTIFIC AND CULTURAL ORGANIZATION (UNESCO). **Tous Différents, Tous Uniques: les jeunes et la déclaration universelle de l’UNESCO sur la diversité culturelle**. Paris: UNESCO, 2004.

_____. **Le pouvoir de la culture pour le développement**. Paris, 2010.

_____. **Rapport “Notre diversité créatrice: Rapport de la Commission mondiale de la culture et du développement”** Paris, 1998.

VENTURA, T. **Cultura e representação política.** In: ALVES, Paulo César (Org.). *Cultura: múltiplas leituras.* Salvador: EDUFBA, 2010, p.115-134.